

O COLONIAL E O PÓS-COLONIAL NA LITERATURA BRASILEIRA

COLONIAL AND POSTCOLONIAL IN BRAZILIAN LITERATURE

Maria Perla Araújo Moraes¹
Frederico José Andries Lopes²

RESUMO: Os estudos pós-coloniais enfatizam a reflexão acerca de como países que passaram por processos de colonização acabam promovendo a manutenção das estruturas de poder imperial se não fazem uma crítica contundente das suas organizações sociais. Na maioria desses países, faz-se necessário pensar sobre a resiliência de pensamentos e ideologias que não promovem efetivamente a existência de uma sociedade afastada de antigos hábitos coloniais. No Brasil essa revisão é extremamente necessária, sobretudo para entendermos a marginalidade de grupos sociais e étnico-raciais e a ideologia usada para explicar essa exclusão. O questionamento das práticas sociais excludentes, acionadas para a criação da narrativa homogênea da nação, também pode ser pensado em relação à literatura brasileira. Incidindo sobre o cânone literário, a crítica pós-colonial faz emergir outros produtores de sentido e devolve um protagonismo a grupos sociais excluídos dos estudos tradicionais de literatura brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Colonialismo; Pós-colonialismo; Literatura Brasileira; Nação

1. Introdução

A colonização portuguesa difere-se bastante de outras colonizações, sobretudo por seu caráter subalterno, de acordo com Boaventura de Sousa Santos (2003). Se pensarmos nessa diferenciação, vemos como Portugal, ele próprio exposto à hegemonia de outros países europeus, não estabeleceu uma relação consistente entre capitalismo e colonialismo. A vivência portuguesa do Estado Liberal é bem singular, dada a sua condição de semiperiferia da Europa (SANTOS, 1999), o que proporcionou relações muito próximas com culturas exteriores, ao mesmo tempo em que não definia muito claramente a sua identidade nacional, principalmente a partir do século XVII.

Com relação aos países africanos que colonizou e mesmo o Brasil, dado o desequilíbrio com o sistema capitalista, Portugal produziu leituras que amenizavam essa colonização, como a do lusotropicalismo. Não é incomum ainda hoje o senso comum defender uma espécie de colonização portuguesa mais branda do que outras, como a britânica, que produziu na África do Sul, por exemplo, o apartheid. A ideia da cordialidade é acionada para que se esqueça da violência bastante singular presente na colonização portuguesa.

1 Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense. Professora da graduação e do Mestrado em Letras da Universidade Federal do Tocantins. perlamorais@gmail.com

2 Doutor em Educação Matemática. Professor da Universidade Federal de Mato Grosso. fredlopespro@gmail.com

Revista Literatura em Debate, v. 12, n. 23, p. 26-40, jul./dez. 2018. Recebido em: 18 fev. 2018. Aceito em: 02 jun. 2018.

O mito da cordialidade também predomina em alguns retratos do Brasil na década de 1930, 1940 e 1950, contribuindo para um entendimento da identidade brasileira a partir de uma narrativa homogênea, que não reconhece dentro da nação diferenças culturais cujas demandas são legítimas. Nas últimas décadas, as crescentes reivindicações desses grupos sócio-econômicos e étnico-culturais demonstram a fragilidade de um projeto nacional bastante resistente a qualquer transformação social.

Em 2014, Silviano Santiago produziu um artigo em que visualizava um dado importante em relação à demanda por direitos e representatividades, identificando no Brasil um protagonismo quanto a esse assunto. Naquele momento, enfatizou a necessidade de se pensar o Brasil a partir de um parâmetro que levasse em conta como se daria a inserção do país no mundo. Em outras palavras, seria ouvir a resposta que o país poderia oferecer às grandes questões do contemporâneo, como a das identidades culturais. Seria urgente discutir como essas identidades implodem os sistemas de sentidos sobre os quais o Estado Moderno está construído. Silviano Santiago requeria para o Brasil esse lugar de sujeito e protagonista, um espaço produtor de sentido tão significativo como qualquer outra nação. (SANTIAGO, 2014). Mas acreditamos que essa proposta de Silviano Santiago se reporta a um momento em que, de fato, havia uma discussão efetiva sobre esse aspecto no Brasil, o que, nos últimos tempos, vem sendo ignorado por projetos políticos em afinidades com agendas neoliberais.

O aspecto levantado pelo crítico brasileiro parece instigador principalmente diante de um cenário nacional tensionado por demanda de legitimidade e de direitos de alguns grupos sociais e culturais excluídos. Como responder a esses grupos, que pressionam e deslegitimam a narrativa nacional que se organiza em torno de um conteúdo uniforme, homogêneo e vazio (BHABHA, 1998), é um desafio.

Quando Silviano Santiago desloca esse dado da nossa realidade para a literatura brasileira, também percebe que ela se mostra como reprodutora das exclusões sociais. Constatação como essa faz o crítico literário trabalhar com a hipótese da necessidade de se inocular na Literatura Brasileira o “vírus colonial lusitano”. De acordo com Silviano Santiago, quando entendemos a Literatura Brasileira a partir do modelo de formação proposto por Antonio Candido (2007), deixá-íamos de lado a preocupação mais aprofundada de como o eurocentrismo estaria presente em nossa literatura. Deixá-íamos de promover, por causa da adoção desse sistema de sentido de Candido, um debate profícuo sobre identidades culturais silenciadas dentro do espaço da nação.

Essa exclusão poderia ser compreendida se pensássemos que as estratégias coloniais, mesmo após a independência dos países, se manterão em forma de assimetrias de poder dentro e

fora das nações. Consequência disso é que também excluiríamos de nossa literatura um debate importante sobre as relações sociais estabelecidas no período colonial e pós-colonial.

Essa discussão dentro da literatura brasileira se faz quando, em vez de focarmos exclusivamente na busca da adaptação de escolas literárias ao cenário nacional, dêsemos legitimidade a outros agentes e seus registros das dinâmicas sociais para além da chamada elite intelectual. Sob esse ponto de vista, vemos que o cânone da literatura brasileira se organiza de maneira excludente, localizando numa classe social a preocupação de se construir uma nação e sua literatura.

2. Pós-colonialismos e resistências

O colonialismo português se deu de maneira muito diversa ao britânico. Em Portugal, as dinâmicas sociais internas e externas e a configuração política e econômica propiciam pensar em um projeto colonial, que, exposto a conjunturas mutáveis, também mudou em diferentes momentos, não se configurando no “colonialismo-norma”:

A grande assimetria entre o colonialismo inglês e o português foi o fato de que o primeiro não teve de romper com um passado descoincidente de seu presente: foi desde sempre o colonialismo-norma porque protagonizado pelo país que impunha a normatividade do sistema mundial. No caso português, uma vez criada a possibilidade de um colonialismo retroativo, como discurso de dessincronia e ruptura, este pôde ser manipulado ao sabor das exigências e conjunturas políticas (SANTOS, 2003, p.25)

Boaventura de Sousa Santos desenvolve o conceito de cultura “semiperiférica” para caracterizar Portugal e entender a sua situação econômica em relação aos países europeus hegemônicos. Por causa de sua condição semiperiférica, Portugal não conseguiu produzir uma imagem a que colonizados se espelhassem, uma vez que também ele estava exposto a ideologias e pensamentos oriundos de outros países europeus. Utilizando-se da peça de Shakespeare *A tempestade*, Boaventura defende que Portugal mirou-se no espelho de Próspero (que simbolizava o colonizador hegemônico) e também no de Caliban (metáfora do colonizado) dada a sua situação de fronteira tanto em relação à hegemonia europeia quanto em relação aos países que colonizou. (SANTOS, 1999, p.133)

Entretanto essa “cultura de fronteira”, que caracteriza a sociedade portuguesa, pode ser entendida de maneira equivocada, dando argumento para leituras apaziguadoras do processo colonial, cujo principal defensor foi Gilberto Freyre com seu lusotropicalismo. Nesse sentido, a

explicação de ordem econômica é preterida por outra que defende a falta de orgulho racial e a longa história dos encontros culturais na península ibérica.

A ideologia pluricontinental e multirracial, defendida por muitos ideólogos da ditadura salazarista, pregava uma especificidade portuguesa, em detrimento à cultura anglo-saxã no que diz respeito aos encontros de culturas, promovidos pela colonização. De acordo com Freyre, os portugueses teriam uma vocação para a mestiçagem cultural e seriam desprovidos de orgulho racial, o que promoveria, em ambiente colonial, uma integração da cultura autóctone com a lusitana. Essa característica seria uma persistência do passado medievo em que ibéricos conviveram com árabes e judeus na península, e do catolicismo luso, o chamado “cristianismo lírico”, que, para Freyre, é mais agregador e comunitário do que a ética protestante, vista para o sociólogo brasileiro como mais individualista. (SCHNEIDER, 2012, p. 76-77)

É fácil perceber muitas inconsistências nessa linha de argumentação a favor da “colonialismo cordial”. Pensemos, por exemplo, que a permanência dos judeus em Portugal na Idade Média até o século XVI é cercada de episódios de muita violência e intolerância. Além disso, observamos uma vontade de o lusotropicalismo se diferenciar dos países de ética protestante, creditando a eles uma exploração capitalista da qual não querem comungar. Sabemos, entretanto, que, nesse momento, Portugal vivia sob a tutela de Salazar e sua inserção no sistema capitalista, desde o século XIX, foi sempre um processo cheio de retrocessos e limitações.

Se o colonialismo português demanda vários entendimentos, o pós-colonialismo em países que foram colônias portuguesas não será diferente. Para Benjamin Abdala Júnior, “são muitos os pós-colonialismos”. (ABDALA JÚNIOR, 2012, p.55) O primeiro problema quanto a isso é o de ordem conceitual. Muitos questionam sobre o que seria o pós-colonialismo, termo anunciado pelo sufixo “pós” que possibilita pensar num entendimento geral das nações colonizadas depois que elas realizaram suas independências. Thomas Bonnici, apoiado em Ascroft, Griffiths e Tiffin, acredita que o termo pós-colonialismo é usado:

(...) para descrever a cultura influenciada pelo processo imperial desde os primórdios da colonização até os dias de hoje. Muitas vezes esse termo é ignorado ou não entendido como é descrito acima, porque certos grupos que saíram do colonialismo têm como preocupação primária o nacionalismo cultural e econômico e não querem sacrificar a especificidade de suas preocupações ao termo geral “pós-colonialismo” (BONNICI, 2012, p. 19)

Bonnici chama atenção para o aspecto identitário nacionalista observado na pós-independência de países que passaram por uma colonização. Centrar-se nessa situação seria promover apenas parte do entendimento sobre os fenômenos sociais dos países que estiveram expostos à colonização. Seria preciso, portanto, para uma ampla reflexão sobre o pós-

colonialismo, acrescentar a essa discussão, também a questão do impacto do colonialismo sobre as sociedades pós-coloniais.

Boaventura de Sousa Santos discute esse aspecto, explicando que, para ele, é possível dois entendimentos do conceito:

Na primeira acepção o pós-colonialismo traduz-se num conjunto de análises econômicas, sociológicas e políticas sobre a construção dos novos Estados, sua base social, sua institucionalidade e sua inserção no sistema mundial, as rupturas e continuidades com o sistema colonial, as relações com a ex-potência colonial e a questão do neocolonialismo, as alianças regionais etc. Na segunda acepção, insere-se nos estudos culturais, lingüísticos e literários e usa privilegiadamente a exegese textual e as práticas performativas para analisar os sistemas de representação e os processos identitários. Nessa acepção o pós-colonialismo contém uma crítica, implícita ou explícita, aos silêncios das análises pós-coloniais na primeira acepção. (SANTOS, 2003, p. 26)

Na passagem, chamamos atenção para o fato de o sociólogo português acreditar que sociedades pós-coloniais apresentam “rupturas e continuidades” com as ex-metrópoles, podendo, assim, se organizar em torno de neocolonialismos. Nesse sentido, a segunda acepção do termo, a que aponta para a exegese desses processos identitários por meio dos estudos culturais, delimita e expõe os dramas que são marginalizados em qualquer acepção mais utópica do termo pós-colonialismo.

A literatura pós-colonial estaria relacionada a esse segundo aspecto quando perscruta a sociedade colonial, por meio da recriação literária do passado, e questiona permanências e os projetos de construção identitária após a independência.

Então, chegamos a um outro problema em relação ao pós-colonialismo português: aquele que diz respeito a sua especificidade. É para esse aspecto que Thomas Bonnici aponta quando questiona a presença de uma crítica pós-colonialista na literatura brasileira. O professor constata que o colonialismo periférico de Portugal acabou por criar “vários colonialismos internos”:

Em primeiro lugar, é necessário distinguir entre o colonialismo britânico e o colonialismo português, não no sentido de rotular o português como cordial, brando e não-racista em contraposição ao britânico, mas na concepção política de poder. Conforme Sousa (2002) e Vale de Almeida (2000, 2002, 2003), o colonialismo português (...) foi um colonialismo subalterno e periférico (...). Essa característica do colonialismo português, ou seja, simultaneamente colonizador e colonizado, criou não somente tipos de interidentidades, mas também vários colonialismos internos. (BONNICI, 2012, p.320)

Ao identificar esses diversos colonialismos, Bonnici enfatiza que a condição semiperiférica de Portugal proporcionou que as colônias desenvolvessem dinâmicas próprias com relação à metrópole e outros centros hegemônicos, bem como dentro das suas próprias fronteiras, ao lidar de maneira bastante problemática com minorias econômicas, sociais e étnico-

culturais. Seguindo a reflexão, Bonnici define alguns aspectos com os quais os estudos pós-coloniais brasileiros se defrontam:

(...) a hegemonia britânica, a periferação e a subalternidade de Portugal colonizador, a ausência de um sujeito colonizador e soberano (em contraste com o colonizador britânico que se tornou metáfora do império) (TOLLER GOMES, 2006), a dupla colonização brasileira, a atenuação de autoridade colonial (reciprocidade entre colonizador e colonizado) e a ambivalência dos vários colonialismos (colonização dos indígenas, dos sujeitos africanos escravizados, dos “hereges”) (BONNICI, 2012, p.321)

Na citação acima, é interessante um dado em relação ao pensamento pós-colonial no Brasil: a existência de microcolonialismos, que permite pensar em uma elite econômica na colônia estabelecendo relações bem diferenciadas quanto aos grupos étnico-culturais subjugados. Portanto, só faz sentido pensar no pós-colonialismo brasileiro se, de igual modo, fizermos uma exegese sobre os grupos sociais hegemônicos e os seus mecanismos de permanência do jugo como o discurso racial, moderno, liberal, misógino. Se essa demanda por uma crítica que leve em conta as questões raciais, as das classes sociais e econômicas e as de gênero pode ser estendida para outros países africanos de Língua Portuguesa, no Brasil, acrescente-se a isso, o entendimento de identidade singulares, como a indígena e a do homem negro escravizado, dentro de um sistema pós-colonial resistente a transformações sociais.

Boaventura de Sousa Santos, pensando sobre as especificidades do colonialismo português, nos fala, ainda, de zonas de hibridação e ambivalências que instauram uma vivência miscigenada como sintoma de um racismo diverso ao que pode ser observado em outros colonialismos: “A miscigenação não é a consequência da ausência de racismo, como pretende a razão lusocolonialista ou lusotropicalista, mas certamente é a causa de um racismo de tipo diferente.” (SANTOS, 2003, p.27) Além disso, as “formas de reciprocidade” fomentadas por esse colonizador também colonizado (Portugal) fazem com que o discurso pós-colonial vá “muito além das representações, dos olhares, discursos e práticas de enunciação” (SANTOS, 2003, p.28), o que torna bem difícil a sua delimitação.

Santos alerta, ainda, para os entrecruzamentos de imagens no colonizador português e consequentes estratégias que instauram um colonialismo diverso ao hegemônico. A ânsia de querer delimitá-lo pode visualizar disparidades e jogos de forças antagônicos, observáveis em colonialismos hegemônicos, mas não no português, o que pode gerar não concretudes na análise pós-colonial. Por isso, faz-se necessário uma pesquisa que leve em conta dados históricos e sociais que identifiquem as questões coloniais nos espaços específicos. Sobre o Brasil em comparação a outros países de colonização portuguesa, como Angola e Moçambique, Santos enfatiza a diferença:

No caso do Brasil, tratou-se de uma das independências mais conservadoras e oligárquicas da América Latina e a única sob a forma de monarquia, com o que se criaram as condições para que o colonialismo externo sucedesse o colonialismo interno, para que o poder colonial sucedesse a colonialidade do poder. Já no caso de Angola e Moçambique o desvio da norma foi no sentido de os novos países independentes adotarem regimes revolucionários que, no contexto da Guerra Fria, os colocaram do lado oposto àquele em que Portugal os tinha mantido enquanto colônias. As vicissitudes por que passaram esses países nos últimos 25 anos (fim da Guerra Fria, guerra civil) não nos permitem avaliar em que medida o colonialismo interno irá caracterizá-los. (SANTOS, 2003, p29)

A dificuldade de delimitar um pós-colonialismo brasileiro tem a ver com o modo como o colonialismo português se deu. Difuso, incompleto, confuso e “carnavalizado”, esse colonialismo propiciou que elites econômicas dentro dos espaços das colônias se impusessem o estatuto de verdadeiros colonizadores, o que no Brasil, por exemplo, acabou proporcionando o surgimento de um estado independente de tipo conservador. Hoje, essa elite elege para si e para todos uma globalização hegemônica, rechaçando e abafando qualquer possibilidade de resistência e contestação a esse movimento. Por isso, Boaventura de Sousa Santos explica que, em territórios em que houve a colonização portuguesa, haja uma atenção para “uma engenharia de injustiça social, de dominação e de opressão que dispensa os binarismos modernos em que assentou até agora o pós-colonialismo — local/global, interno/externo, nacional/transnacional.” (SANTOS, 2003, p.51)

Como delimitação do espaço de resistência, concretude e possibilidade do pós-colonialismo na atualidade, o sociólogo português propõe, ainda, a existência de relações não dicotômicas entre “grupos sociais oprimidos por diferentes colonialismos” (SANTOS, 2003, p. 51), uma espécie de solidariedade que engendraria relações econômicas, políticas e sociais contra-hegemônicas. Seria algo afim às “relações comunitárias” que o professor Benjamin Abdala Júnior defende quanto à delineação dos estudos comparados, eles próprios marcados historicamente por reflexões que ratificavam o imperialismo moderno. Contra essa falta de percepção das assimetrias de poder nas relações culturais e consequente falta de problematização das experiências históricas, o professor defende:

Um comparatismo prospectivo, pautado por relações comunitárias, um comparatismo da solidariedade, da cooperação, onde o outro não figure como objeto, mas como sujeito. Enlaces comparatistas, tendentes a relações de reciprocidade, em que cada uma das partes é motivada pela possibilidade de aprender com a diferença da outra. (ABDALA JÚNIOR, 2012, p. 53)

O raciocínio acima não aponta para uma questão humanitária apenas, porque, dentro de um contexto em que está posto a desvalorização plena dos sujeitos não-hegemônicos, a

afirmação do professor se constitui como ato de resistência cultural e percepção das formas naturalizadas de reprodução do pensamento hegemônico a que estamos expostos.

3. A literatura pós-colonial e seu ensino

Com a agenda da diversidade cultural em pauta, percebemos como articulamos um conceito muito equivocado sobre totalidade e sobre igualdade social dentro da nação. Homi Bhabha (1998), em um estudo que já se tornou clássico, discute como dentro do discurso oficial sobre a nação moderna o conceito de “povo” pode ser interpretado:

Temos então um território conceitual disputado, onde o povo tem de ser pensado num tempo-duplo; o povo consiste em “objetos” históricos de uma pedagogia nacionalista, que atribui ao discurso uma autoridade que se baseia no pré-estabelecido ou na origem histórica constituída *no passado* o povo consiste também em “sujeitos” de um processo de significação que deve obliterar qualquer presença anterior ou originária do povo-nação para demonstrar os princípios prodigiosos, vivos, do povo como contemporaneidade, como aquele signo do presente através do qual a vida nacional é redimida e reiterada como um processo reprodutivo. (BHABHA, 1998, p.206-7)

Vendo a nação como uma narração, podemos notar os processos através dos quais o conceito de povo é manipulado dentro do discurso nacional. Nesse sentido, Bhabha distingue o tempo da pedagogia nacional, que funda uma narrativa de continuidades, acumulação, homogeneidade e consensualidade, do tempo performático, que seria o questionamento que “identidades desiguais” lançam ao discurso sobre a nação. Se escrever uma nação é estar atento para “Espaços sem lugares, tempos sem duração.” (ALTHUSSER apud BHABHA, 1998, p.202), essa abstração pode ser questionada constantemente por uma outra espacialidade, uma outra temporalidade apontando para o vazio e homogeneidade da narrativa das nação³. À nação, à sua memória e ao seu espaço, cabem o questionamento como a qualquer hegemonia.

A narrativa da nação no Brasil, pautada em um discurso que minimiza ou mesmo desconhece tensões sociais dentro do seu espaço, sofre constantes questionamentos e demandas de grupos que denunciam a pretensa homogeneidade e universalidade do Estado, principalmente quanto ao acesso a direitos civis e jurídicos.

Na história europeia, o discurso sobre a universalização desses direitos fica em evidência, no século XVIII, mesmo que aplicáveis a apenas a uma parcela da população, excluindo desse debate as colônias. Para os países que fizeram parte da rota da diáspora negra entre os séculos

3 Quando nos reportamos a essa expressão, estaremos pensando em Homi Bhabha, que discute a nação como uma narração. Portanto, em nosso texto, “narrativa da nação” tem a ver com os discursos hegemônicos e oficiais pensados para construir a ideia de nação brasileira.

Revista Literatura em Debate, v. 12, n. 23, p. 26-40, jul./dez. 2018. Recebido em: 18 fev. 2018. Aceito em: 02 jun. 2018.

XVI e XIX essa discussão é complexa porque a realidade concreta de miscigenação e injustiças sociais nesses países nos fazem questionar a universalidade de direitos e homogeneidade dos Estados nacionais. Mas, para esses questionamentos, há narrativas que se constituem em verdadeiras estratégias de manobras quanto ao entendimento dos problemas sociais, como o cientificismo do século XIX. O cientificismo forneceu sustentação teórica à permanência da exclusão e do jugo das populações negras escravizadas.

Diante do imperialismo e neocolonialismo do século XX, em Portugal, por exemplo, assume-se o lusotropicalismo, instituindo uma convivência pacífica e uma miscigenação, como resposta a uma demanda de projeto colonial português. No Brasil, o “modelo de democracia racial” (SCHWARCZ, 2012), embasado também no mesmo sociólogo que promoveu a leitura apaziguadora dentro da colonização portuguesa (Gilberto Freyre), desconhece as diferenças sociais promovidas pelo profundo racismo da sociedade brasileira

Depois de um longo período de ditadura, a abertura política democrática propiciou a emergência de um ambiente para a discussão sobre o multiculturalismo no Brasil. Esse debate, no qual muitos países se viram imersos, defende mudanças dentro da narrativa da nação, quanto ao acesso de minorias sociais a direitos específicos. Embora a discussão seja inevitável, ela procura ser deslegitimada por certos setores políticos e econômicos, que confrontam as demandas sociais ao paradigma neoliberal, onde o mercado e não o Estado é o gerenciador das identidades.

O cenário multicultural diz respeito ao entendimento das relações estabelecidas entre culturas de minoria e realidades, como a brasileira, profundamente racializadas. Essas minorias aparecem sempre objetificadas nas diversas narrativas utilizadas para justificar as suas existências: “Num contexto hegemônico, as 'minorais' são catalogadas através dos termos 'raça', 'etnicidade' e 'indigeneidade', cuja origem tem sido sempre o colonialismo, a diáspora e várias formas de objetificação operada pelos 'brancos'. (BONNICI, 2012: p.61)

Na narrativa da nação do Brasil, esse aspecto significa discutir a igualdade de direitos e de representativa dos diversos grupos sociais e étnico-raciais. Significa, ainda, observar a resistência à assimilação e homogeneização desses grupos e a história de constante apagamento de um cenário cultural mais heterogêneo.

Já vimos, na seção anterior, a advertência de que colonialismos diversos geram sociedades pós-coloniais também diferentes. Em relação à brasileira, estudar nossos textos literários sob a perspectiva dos estudos pós-coloniais seria perceber as assimetrias de poder que se sustentam naturalizadas dentro de sociedades não emancipadas. Essa perspectiva desmascara estratégias coloniais de uma elite econômica para a manutenção do jugo de uma parcela da sociedade (o colonialismo interno), mesmo em nações que se dizem independentes. Fica à mostra, portanto, Revista Literatura em Debate, v. 12, n. 23, p. 26-40, jul./dez. 2018. Recebido em: 18 fev. 2018. Aceito em: 02 jun. 2018.

tanto um complexo jogo dentro das sociedades que passaram pela colonização, quanto a sua aposta em se relacionar com os países hegemônicos de maneira neocolonial.

Benjamin Abdala Júnior discute a necessidade de pensarmos nas relações comunitárias para entendermos como se constituem as assimetrias de poder dentro de sociedades marcadas historicamente pelo colonialismo. O professor enfatiza esse aspecto não para chegar a uma “generalidade” ou a uma “identificação do repertório comum” (JÚNIOR ABDALA, 2012, p.57) que possa ser aplicado a toda realidade pós-colonial. Pelo contrário, acredita na necessidade de sempre contrapor essa discussão ao entendimento das particularidades das colonizações. Mas, em países como o Brasil, faz muito sentido pensar nas “fronteiras múltiplas” e “identidades plurais”, conceitos tão agenciados no contemporâneo. Aqui, porém, como estamos dentro de espaços não hegemônicos, esses conceitos seriam fundamentais para descortinar a hibridez cultural, as relações de poder nesse diálogo cultural e a cooperação, como paradigma efetivo que questiona a via de mão única, que é o pensamento hegemônico.

No depoimento abaixo, o crítico brasileiro Silviano Santiago põe em prática esse pensamento comunitário quando, num depoimento, revela que precisou ser exposto a realidades pós-coloniais para questionar sobre o pós-colonialismo brasileiro:

Quando me torno bolsista do governo francês em 1961 e parto em viagem de estudos a Paris, o vírus colonial lusitano passa a me afetar no cotidiano europeu tomado pelos plásticos explosivos ("plastic") dos argelinos e resolvo tratá-lo com afeto (afinal ele é parte indireta da minha formação) e criticamente. Vale dizer, o afeto evita que eu me imunize com a vacina. Com o corpo tomado por virose pós-colonial, deliro. Instruído pelos intelectuais e escritores africanos e pela França, apaixono-me pela poesia de Aimé Césaire. Leio as revistas "Temps Modernes" e "Présence Africaine". Ao final do ano escolar de 1961-62, ocorre um segundo descarrilamento na formação do jovem latino-americano, que me retira às pressas de Paris e me leva a interromper a redação da tese de doutorado sobre André Gide. Concorro ao posto de professor na Universidade do Novo México, nos Estados Unidos da América. Passo de doutorando em literatura francesa moderna na Sorbonne a professor das literaturas brasileira e portuguesa em antigo território indígena norte-americano, cujo centro ultramoderno é a cidade de Albuquerque. O vírus colonial lusitano é inerente à minha atividade docente. Na sala de aula e diante dos alunos, ele convive lado a lado com a vacina brasileira injetada por Candido no corpus da nossa história cultural. Em 1963, por exemplo, exercito-me a comparar o "Canto 9" de "Os Lusíadas" com famoso poema de "Claro Enigma" e ousa falar de tradição no modernismo. Escrevo sobre o "tópos" da "máquina do mundo" em Camões e Drummond. Em poema que recebo pelo correio (hoje na "Poesia Completa"), intitulado "A/Grade/Cimento", o itabirano acusa a leitura do ensaio. Pelo prefixo "a", rejeita tanto a "grade" de leitura quanto o "cimento" que solda Cammond & Drummões, para retomar o título do poema e o verso irônico inicial. (SANTIAGO, 2014, p.5)

Estar em contato com a notícia sobre a independência da Argélia, ler os poemas cheios de críticas à opressão colonial de Aimé Césaire, ter a oportunidade de lecionar em antigo território indígena na moderna Universidade do Novo México faz o professor pensar sobre a sua própria

realidade de sujeito de um país que também passara por uma colonização, mas que não apresenta no estudo das suas representações culturais um questionamento contundente em relação ao aspecto pós-colonial. Decide, então, pensar esse dado em relação a um dos textos basilares para os estudos literários brasileiros: *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido. Ao confrontar o que ele chama de “vírus colonial lusitano” à “vacina” utilizada por Antonio Candido para descrever a história cultural brasileira, vê que o remédio é também um veneno, como um *phármakon*⁴, conceito para o qual as metáforas de Santiago apontam:

A tradução corrente de *phármakon* por remédio – droga benéfica – não é de certa forma inexata. Não somente *pharmakón* poderia querer dizer remédio e desfazer, a uma certa superfície de seu funcionamento, a ambiguidade de seu sentido. Mas é também evidente que, a intenção declarada de Theuth sendo a de fazer valer o seu produto, ele faz girar a palavra em torno do seu estranho e invisível eixo e a apresenta sob apenas um, o mais tranquilizador, de seus pólos. Esta medicina é benéfica, ela produz e repara, acumula e remedia, aumenta o saber e reduz o esquecimento. Contudo a tradução por “remédio” desfaz, por sua saída da língua grega, o outro pólo reservado na palavra *pharmákon*. Ela anula a fonte de ambiguidade e torna mais difícil, senão impossível, a inteligência do contexto. Diferentemente de “droga” e mesmo de “medicina”, remédio torna explícita a racionalidade transparente da ciência, da técnica e da causalidade terapêutica, excluindo assim, do texto, o apelo à virtude mágica de uma força à qual se domina mal os efeitos, de uma dinâmica sempre surpreendente para quem queria manejá-la como mestre e súdito. (DERRIDA, 2005, p. 44)

Em 1962, data da publicação da *Formação da Literatura Brasileira*, o modelo de entendimento da história cultural proposto por Candido antecipou e revolucionou a maneira de pensarmos e estudarmos Literatura Brasileira. Entretanto, a forma acabou impossibilitando que vejamos para além de um conceito de Literatura proposto na época. O texto de Candido nos fornece “uma causalidade terapêutica”, que, por isso, exclui as dinâmicas sociais mais surpreendentes, até mesmo em relação ao que entendemos por literatura e seus produtores.

Para Santiago, a percepção que Candido utiliza para entender a história e cultura brasileira é eurocêntrica, na medida em que se movimenta dentro do conceito de cultura que reconhece como expressão apenas as *belles lettres* ou a forma considerada “sublime e nobre” (SANTIAGO, 2014. p.6). Localiza no intelectual brasileiro esse projeto contínuo de procura pela nacionalidade ao se debater com as formas literárias que aqui abordavam. De acordo com Santiago, Antonio Candido:

4 Em *A farmácia de Platão*, Derrida se reporta ao *phármakon* analisando o diálogo de Fedro, de Platão. Nesse diálogo, Derrida chama atenção para uma conversa entre Sócrates e Fedro, na qual encontramos a alusão ao mito de Teuth. No mito, a escrita é oferecida e apresentada ao rei dos deuses, Themis, que apenas conhece a fala. A fala é o saber vivo estranho à escritura, o saber que repete sem saber. Vista como um remédio para a falta de memória, a escritura também é um veneno porque institui o parricídio do pai da fala. Mas esse *phármakon* é necessário, especialmente para aqueles que já não sabem repetir seus saberes de “cor”
Revista Literatura em Debate, v. 12, n. 23, p. 26-40, jul./dez. 2018. Recebido em: 18 fev. 2018. Aceito em: 02 jun. 2018.

(...) nomeia o trabalho indispensável dos cidadãos privilegiados e letrados para que o adjetivo "nacional" apostado à literatura -ou à nação e sua história, economia, etc.- possa se afirmar como autêntico e se manter estável e rentável no conjunto das nações modernas do Ocidente. Como o próprio autor afirma, sua obra maior relata "a história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura". Fala sobre o espírito do Ocidente à procura de uma nova morada nesta nossa parte do mundo. (SANTIAGO, 2014, p. 3)

Na realidade, ao se fomentar esse outro europeu, tendo como centro o entendimento de literatura de acordo com a periodização dos estilos de época, se construía igualmente a imagem do mesmo. Para Santiago:

O mesmo europeu modelava e instruía o outro brasileiro, na maioria das vezes de maneira cruel e sanguinária, como atestavam os bons estudos sobre aculturação. Se havia história dever-se-ia escrevê-la a contrapelo da fé e do império (como poetava Camões), ou seja, do ponto de vista dos vencidos. (SANTIAGO, 2014, p.6)

Santiago, portanto, tomado de “vírose pós-colonial” questiona o modelo de entendimento de Antonio Candido e inocula na *Formação da Literatura Brasileira* o “vírus colonial lusitano”, ou seja, passa a procurar, em nossa literatura, de maneira fragmentária, os “discursos culturais identitários do Brasil” (SANTIAGO, 2014, p.5-6). Esse procedimento equivale a questionar de maneira pós-colonial como as identidades culturais encontram-se representadas dentro do cânone da literatura brasileira. Objetificadas e expostas a um colonialismo interno, elas são excluídas do projeto de construção de uma identidade nacional pela literatura, assim como encontram-se silenciadas dentro da nação.

A descolonização da Literatura Brasileira passa por um entendimento de que também podemos ser pós-coloniais se operarmos dentro de sistemas de sentidos que façam emergir as identidades culturais silenciadas pela colonização, ou seja, se encararmos as relações e assimetrias de poder dentro de nossa história cultural.

Algumas tentativas oficiais já foram feitas no sentido de levar para o ensino o debate sobre as identidades culturais. Em 2003, a Lei nº 10.639 promulgada pelo governo federal do Brasil modificou a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 de diretrizes e bases da educação para que fosse incluída no currículo da rede de ensino a discussão sobre “História e cultura Afro-brasileira”. A Lei institui o “ (...) estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.” (BRASIL, 2003).

Em 2008, a Lei nº 11.645 acrescentou à redação da lei anterior também a preocupação com a identidade indígena:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, 2008)

Esse debate, no entanto, encontra várias resistências: desde as ideológicas, quanto as movidas por amplos setores conservadores da sociedade brasileira, até as de natureza material, uma vez que professores relatam a dificuldade de tratar de temas com os quais não têm familiaridade por causa da formação encontrada no Ensino Superior. Mas a discussão torna-se fundamental para que entendamos os sistemas de sentidos a que estamos expostos e, por isso, saibamos lidar de maneira consciente, efetiva e dialógica com eles.

Se esse estudo ultrapassar o dado folclórico e se, igualmente, soubermos abordar o protagonismo dessas identidades culturais, perceberemos, por meio do estudo dos textos literários, as assimetrias de poder dentro de nossa sociedade.

4. Conclusão

Discutimos, ao longo desse texto, sobre a necessidade de pensar a Literatura Brasileira tendo em vista a crítica pós-colonial. Articulamos um entendimento sobre o colonialismo português, procuramos delinear suas especificidades e os discursos acionados para pensar a nação brasileira sob o ponto de vista da homogeneidade social. Destacamos a necessidade de insistir nos debates que visualizam sistemas de sentidos que propõem um neocolonialismo em nações não hegemônicas. As especificidades sociais dos países que passaram por uma colonização comumente se chocam com as narrativas oficiais acionadas para explicar o espaço da nação.

Quanto à Literatura Brasileira, enfatizamos a necessidade de se pensar para além do estudo clássico dos estilos de época, porque localizamos neles a construção do que uma elite econômica entendia por Literatura e por nação.

Torna-se interessante perscrutarmos na literatura essa questão para fazer emergir de nosso arquivo cultural uma história de tensões em que foi estabelecida a nossa narrativa nacional.

ABSTRACT: Postcolonial studies emphasize the reflection on how countries that underwent colonization processes end up promoting the maintenance of imperial power structures if they do not make a strong criticism of their social organizations. Yet in most of these countries it is necessary to think about the resilience of thoughts and ideologies that do not promote the existence of a society away from old colonial habits. In Brazil this revision is

Revista Literatura em Debate, v. 12, n. 23, p. 26-40, jul./dez. 2018. Recebido em: 18 fev. 2018. Aceito em: 02 jun. 2018.

extremely necessary, especially in order to understand the marginality of some social, ethnic, and racial groups and the ideology used to explain this exclusion. Questioning exclusivist social practices, which create the homogeneous narrative of the nation, can also be applied to Brazilian literature. Focusing on the literary canon, the postcolonial critique fosters the emergence of new meaning producers and gives back the voice of social groups excluded from traditional studies on Brazilian literature.

KEYWORDS: Colonialism; Postcolonialism; Brazilian literature; Nation

Referências

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BONNICI, Thomas. **O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura**. 2 ed. Maringá: Eduem, 2012.

BRASIL. **Lei nº.10.639 de 9 janeiro de 2003**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 12/02/2004.

BRASIL. **Lei nº.11.645 de 10 de março de 2008**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm Acesso em 12/02/2008.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos 1750-1880**. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2007.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. Trad. Rogério Costa. 3 ed. São Paulo: Iluminuras, 2005.

JÚNIOR ABDALA, Benjamin. **Literatura Comparada & relações comunitárias, hoje**. São Paulo, Ateliê Editorial, 2012.

SANTIAGO, Silviano. A literatura brasileira à luz do pós-colonialismo. **Folha de São Paulo**, Ilustríssima, 7 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/09/1511606-a-literatura-brasileira-a-luz-do-pos-colonialismo.shtml>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice; o social e o político na pós-modernidade**. 7 ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

_____. Entre Próspero e caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. **Novos Estudos Cebrap**. Número 66, Julho de 2003. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-66/> Acesso em 11/02/2018.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo e lusotropicalismo em Gilberto Freyre. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 10, dez. 2012.

Revista Literatura em Debate, v. 12, n. 23, p. 26-40, jul./dez. 2018. Recebido em: 18 fev. 2018. Aceito em: 02 jun. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Racismo no Brasil: quando inclusão combina com exclusão. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia Moritz. (orgs.) **Cidadania, um projeto em construção**; memórias, justiça e direito. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 94-107.